

POLÍTICA E PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICA APLICADA ÀS QUESTÕES DE NORMATIZAÇÃO DO LATIM

LANGUAGE POLICY AND LANGUAGE PLANNING APPLIED TO QUESTIONS OF NORMATIZATION OF THE LATIN

Adilio Junior de Souza¹

Resumo: Neste artigo, analisamos a *política e planificação linguística* (fr. *planification linguistique*) a partir de leituras de estudos recentes, bem como fazemos alguns comentários acerca da Linguística Aplicada, apresentando sua abrangência e atuações. Em seguida aplicaremos esses conceitos à *gramatização* da língua latina. Este é um artigo de revisão de literatura e tem como procedimento metodológico central a pesquisa bibliográfica. A base teórica é formada pelos seguintes autores: Souza, Batista e Mélo (2012), Menezes, Silva e Gomes (2015), Moita Lopes (2015), Calvet (2013), Savedra e Lagares (2012), Magalhães (2012) e Auroux (2009), entre outros. Interessa-nos analisar o processo de *gramatização* das línguas e como ele se dá em um dado idioma, a fim de compreender as bases fundamentais que regem a gramática do latim. Os resultados sinalizam que o latim apresenta três tipologias linguísticas: *standard*, *clássica* e *artificial*. E seu *status* de língua universal instrumentalizada perdura desde a antiguidade.

Palavras-chave: Linguística Aplicada. Gramatização. Latim.

Abstract: In this paper, we analyze a language policy and language planning (fr. *planification linguistique*) from reading on of recent researches, so we do many remarks about the Applied Linguistics, showing its domain and performances. Then, we'll apply these concepts to grammatization to Latin. The theoretical base is formed by authors following: Souza, Batista and Mélo (2012), Menezes, Silva and Gomes (2015), Moita Lopes (2015), Calvet (2013), Savedra and Lagares (2012), Magalhães (2012), Auroux (2009) and others. This is an article of literature review and has main methodological procedure the research bibliographic. We're interested analyze the process of grammatization of the languages and how it occurs in a specific language, looking for comprehend the fundamental bases that determine the Latin's grammar. The results signalize that the Latin presents three linguistics typologies: *standard*, *classical* and *artificial*. And his status of universal instrumentalized language exists since antiquity.

Keywords: Applied Linguistics. Grammatization. Latin.

Introdução

No presente artigo, nos dispomos a refletir sobre a *política e planificação linguística*, sob o enfoque das bases teóricas da Linguística Aplicada, tendo em vista a *gramatização* da língua latina.

¹ Mestre e doutorando em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Temporário de Linguística e Filologia Românica na Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: adilivs@gmail.com.

Por ser esse um tema pouco debatido nos estudos atuais, teremos de realizar um estudo eminentemente teórico, de cunho introdutório e bibliográfico, em vistas a realizar a análise desse processo de instrumentalização e como se efetiva no idioma clássico. Com isso, examinamos as bases fundamentais que determinam a gramática do latim.

Inicialmente, apontaremos as orientações teóricas da Linguística Aplicada, para que possamos compreender essa área, abrangência e objetos analíticos. Após isso, elencaremos os conceitos de *política* e *planificação linguística*, com destaque às postulações de Calvet (2013). Termos como *planificação de corpus* e *planificação de status* são tomados e aplicados à normatização do latim, focando desde o pensamento gramatical de autores como Varrão, Quintiliano, Donato e Prisciano até as decisões políticas dos Papas Bento XVI e Francisco.

Por fim, trataremos do processo de gramatização das línguas, partindo de noções como: língua padrão, não padrão, variedade de línguas, norma e, finalmente, nos voltaremos aos efeitos dessa instrumentalização das línguas neolatinas a partir de uma breve revisão de literatura, com viés histórico. Encerramos este artigo com algumas reflexões e novos encaminhamentos.

Considerações preliminares sobre a Linguística Aplicada

Nas últimas décadas, a Linguística Aplicada tem se desenvolvido e se enriquecido com os inúmeros estudos produzidos nos mais variados campos do saber. Por ser uma área ainda em crescimento, pouco se pode precisar sobre sua abrangência, limites e fronteiras (MOITA LOPES, 2006; 2015). É um campo muito vasto, do qual muito se tem explorado. As pesquisas em Linguística Aplicada seguem, geralmente, pelo menos grandes orientações teóricas, conforme apontam Souza, Batista e Mélo (2012, p. 146-147):

- I - Pesquisa de natureza aplicada em Ciências Sociais;
- II - Pesquisa que focaliza a linguagem do ponto de vista processual;
- III - Pesquisa de natureza interdisciplinar e mediadora;
- IV - Pesquisa que envolve formulação teórica;
- V - Pesquisa que utiliza métodos de investigação de base positivista e interpretativista.

Este artigo se enquadra na quarta orientação, *pesquisa que envolve formulação teórica*, haja vista que, por meio do arcabouço teórico da Linguística Aplicada, realizamos

o estudo da normatização do Latim, observando quais as consequências disso nas línguas neolatinas, em especial, com a língua portuguesa.

Em estudo recente, intitulado *Sessenta anos de linguística aplicada: de onde viemos e para onde vamos*, Vera Menezes, Marina Morena Silva e Iran Felipe Gomes (2015, p. 25) declaram: “Parece haver consenso de que o objeto de investigação da LA é a linguagem como prática social, seja no contexto de aprendizagem de língua materna ou de outra língua, seja em qualquer outro contexto em que surjam questões relevantes sobre o uso da linguagem”.

Isso, porém, pouco nos revela. Esse objeto, de modo algum, se mostra menos complexo do que a própria história dessa área. O estudo da linguagem tem evidenciado que estamos diante de um fenômeno heterogêneo, multifacetado e heteróclito, exatamente como definiu Saussure em seus escritos, reverberados no *Curso de Linguística Geral* (SAUSSURE, 2012). A língua, como parte da linguagem, é apenas um lado de sua face complexa. E, ao olharmos para a *língua e fala* (isto é, o uso), veremos que o jogo entre a língua e sua manifestação concreta despertam muitas questões sobre o *usuário, discurso, contexto, ideologia* etc.

Muitas ciências e campos do saber se dedicam ao estudo da linguagem sob enfoques distintos, tendo como objetos teóricos os aspectos sociais, políticos, críticos, linguísticos, ideológicos, etc. Com a Linguística Aplicada isso não poderia ser diferente. Diante disso,

A LA nasceu como uma disciplina voltada para o estudo sobre o ensino de línguas estrangeiras e hoje se configura como uma área imensamente produtiva, responsável pela urgência de uma série de novos campos de investigação transdisciplinar, de novas formas de pesquisa e de novos olhares sobre o que é ciência (MENEZES; SILVA; GOMES, 2015).

Essa produtividade da Linguística Aplicada pode ser constatada com a imensa variedade de estudos realizados nacionalmente e internacionalmente (MOITA LOPES, 2015). A Linguística Aplicada é, portanto, um ramo das Ciências Sociais e de acordo com Moita Lopes, em seu texto *Da aplicação de linguística à linguística aplicada indisciplinar*, ela é:

Uma área que começa nos anos de 1940, com interesse por desenvolver materiais para o ensino de línguas durante a Segunda Guerra Mundial, vai ter uma Associação Internacional (a AILA) constituída em 1964, quando ocorre o primeiro evento internacional de LA. Já o primeiro Congresso Internacional de Linguística foi realizado em 1928 (DE GEORGE e DE GEORGE, 1928, p. 19), o que, se por um lado demonstra a precocidade da Linguística, por outro mostra como a LA é um campo de investigação relativamente novo (MOITA LOPES, 2015, p. 11).

Conforme podemos compreender, houve muitos avanços nos estudos da linguagem com a linguística do século XX, enquanto ciência estabelecida em 1916 (com a publicação do *CLG*, de Saussure) e o surgimento da Linguística Aplicada em fins da década de sessenta. O ensino de língua materna e de língua estrangeira sempre ocorreu, com finalidades específicas, pelo fato de antes não haver metodologias e métodos definidos (SOUZA; BATISTA; MÉLO, 2012). “O que não quer dizer, entretanto, que temas referentes ao ensino de línguas não tenham sido uma preocupação desde tempos imemoriais” (MOITA LOPES, 2015, p. 11).

A LA, como é costume definir, não se trata somente de se fazer uso de *aplicações* da linguística e de suas vertentes teóricas, como o estruturalismo, ao estudo da sintaxe, morfologia e ensino de língua, por exemplo. Por mais que isso tenha ocorrido no início dessa disciplina, o refinamento de teorias próprias da Linguística Aplicada delineou novos rumos.

De acordo com Moita Lopes (2015, p. 15), esses novos rumos da Linguística Aplicada se iniciam com o estabelecimento da passagem entre aplicação da linguística e a Linguística Aplicada propriamente dita: “É somente com o trabalho de Widdowson, também no final dos anos 1970, que aparece a distinção entre LA e aplicação de Linguística”.

Essa diferenciação permitiu que a Linguística Aplicada desenvolvesse teorias que dessem conta das questões surgidas, bem como sanasse a carência e dependência de teorias puramente linguísticas. A Linguística Aplicada não é uma área que se mostra como um emaranhado desarticulado de orientações teóricas e conceitos desarmônicos. Ao contrário, a Linguística Aplicada é um campo de estudo organizado, de investigação aplicada, articulada e estabelecida, com aporte teórico definido e ações sistemáticas.

Sobre a história da área, Souza, Batista e Mélo (2012, p. 142-143) destacam:

Inicialmente entendida como restrita a operar somente durante investigação em contexto de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras, mais adiante os estudos de LA começam a privilegiar e pesquisar contextos de ensino e aprendizagem de língua materna, no campo dos letramentos, de outras disciplinas do currículo e em outros contextos institucionais. Sendo assim, ao começar se espalhar para outros contextos, aumenta consideravelmente seus tópicos de investigação, assim como o apelo de natureza interdisciplinar para teorizá-los.

O crescimento da Linguística Aplicada se deu à medida que aumentaram as frentes de pesquisa, conseqüentemente, os instrumentos e objetos analíticos se multiplicaram. A

interdisciplinaridade parecia algo inevitável, isso porque mediante o contato com outras ciências e campos diferentes, a Linguística Aplicada se tornava não apenas uma área complexa, mas também um amálgama de teorias afins.

Contudo, no final do século XX e no início do século XXI, as mudanças tecnológicas, culturais, econômicas e históricas vivenciadas iniciaram um processo de ebulição nas Ciências Sociais e nas Humanidades, mudanças essas que começaram a chegar à LA. Diante disso, as Ciências Sociais colocavam à modernidade indagações sobre o sujeito social, e as implicações da redefinição do sujeito social foram cruciais para que emergisse a teoria sobre Linguística Aplicada Indisciplinar (SOUZA; BATISTA; MÉLO, 2012, p. 143).

A LA, nascida da Linguística pós-saussuriana, transcende as barreiras da língua e da ciência da linguagem, buscando em várias outras ciências, o arcabouço teórico-prático para sanar, por exemplo, as dificuldades de aprendizagem de línguas, aliado ao auxílio de ferramentas de outras correntes teóricas, mas de modo não dependente. A Linguística Aplicada passa a integrar os estudos das Ciências Sociais, nutrindo das fontes teóricas dela, desenvolvendo e ampliando significativamente as muitas descobertas a partir de novos enfoques (MENEZES; SILVA; GOMES, 2015).

Surge, então, uma das características determinantes da LA, a *interdisciplinaridade*, que pode ser posta da seguinte maneira:

A questão da interdisciplinaridade, que se tornou quase um dos truísmos em epistemologias contemporâneas, já era apontada na LA nos anos 80, embora seja necessário reconhecer que fosse sempre mais defendida como plataforma do que de fato executada. Havia e ainda há uma preponderância de teorização linguística, agora principalmente de uma linguística do discurso, o que já me levou a dizer que na LA temos ‘interdisciplinaridade, *pero no mucho!*’ (MOITA LOPES, 2015, p. 16).

Moita Lopes parece não defender uma interdisciplinaridade “plena”, no sentido stricto do *termo*, porque, segundo ele, essa interdisciplinaridade ocorria de modo superficial, não verdadeiramente “executado”. Para o autor, áreas como a linguística do discurso (ex. análise do discurso ou perspectivas dialógicas do discurso) é ainda dominante.

Para muitos autores, a Linguística Aplicada não é exclusivamente *interdisciplinar*, mas *indisciplinar*, *antidisciplinar*, *transgressiva*, ou *da desaprendizagem* (SOUZA; BATISTA; MÉLO, 2012; MOITA LOPES, 2006). Apesar dos problemas levantados por Moita Lopes (2015; 2006), a Linguística Aplicada não é um campo do saber preso a um

único prisma ou aporte teórico, nem tampouco um campo unilateral ou monotemático. Sobre isso, transcreveremos o seguinte fragmento:

É uma LA que deseja, sobretudo, falar ao mundo em que vivemos, no qual muitas questões que nos interessam mudaram de natureza ou se complexificaram ou deixaram de existir. Como Ciência Social, conforme muitos formularam a LA agora, em mundo em que a linguagem passou a ser um elemento crucial, tendo em vista a hiperssemiotização que experimentamos, é essencial pensar formas de conhecimento e outras questões de pesquisa que sejam responsivas às práticas sociais em que vivemos (MOITA LOPES, 2015, p. 19).

Dado esse caráter múltiplo e em virtude da busca pelo conhecimento, a Linguística Aplicada tem por objetivo investigar, entre outros temas: *ensino/aprendizagem, aquisição de segunda língua, letramento, vocabulário, gramática, tradução, análise do discurso, educação, retórica, estilística, psicolinguística, lexicologia, texto*, entre muitos outros (MENEZES; SILVA; GOMES, 2015). Termos-chave como *política e planejamento (planificação) linguístico, glotopolítica, bilinguismo, monoliguismo, plurilinguismo, diglossia, língua, dialeto*, entre outros, são oriundos desse ramo das Ciências Sociais.

Política e planificação linguística

Para tratarmos dos termos política e planificação linguística, precisaremos retomá-los a partir de algumas importantes leituras. Faz necessário que nos apoiemos nas palavras de Calvet (2013, p. 133) que assim os esclarece: “Chamaremos de *política linguística* um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social e de *planejamento linguístico*, a implementação concreta de uma política linguística, de certo modo, a passagem ao ato (grifos do autor)”.

Assim estabelecidos, os termos podem ser tomados como interdependentes. As políticas linguísticas elaboradas pelo Estado, por exemplo, podem ser implementadas, realizasse, então, uma ação que efetiva a política formulada. Um modo de efetivação é a imposição de certas formas de escrita, isto é, a escolha de uma variedade padrão estabelecida por um conjunto de autores (geralmente gramáticos), forçando os demais membros da comunidade linguística a adotarem a forma eleita.

Discussões acerca desses termos tem despertado o interesse de inúmeros estudiosos. No ano de 2012, o *número 32* da revista *Gragoatá*, organizado por Mônica Maria Guimarães Savedra e Xoán Carlos Lagares, é dedicada exclusivamente a estudos

de política e planificação linguística. Nesse *número 32*, encontraremos 12 artigos sob a rubrica da Linguística Aplicada e Glotopolítica. Nomes como Savedra e Lagares (2012), Monteagudo (2012), Magalhães (2012), Albuquerque e Taylor-Leech (2012) e, especialmente, o artigo de *Louis-Jean Calvet* fazem desse *número 32*, uma fonte importante para investigação da política e planificação linguística.

No primeiro estudo, intitulado de *Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenção no Brasil*, Savedra e Lagares (2012, p. 11) fazem a seguinte descrição dos termos *política e planificação linguística*, afirmando que:

O uso dos termos política e planificação linguística é recente, utilizados na literatura da área de sociolinguística no final da década de 50 e início da década de 60, para dar conta de estudos desenvolvidos em situações linguísticas de contato. Ferguson (1959) apresenta os conceitos de diglossia e bilinguismo ao tratar de situações de plurilinguismo, onde coexistem duas variedades (uma alta e outra baixa) de uma mesma língua e que são utilizadas em situações determinadas de comunicação. Introduz em sua obra a terminologia de língua dominante, língua dominada, substituição e normalização. Haugen (1959) introduz pela primeira vez o termo *language planning* quando desenvolve estudo sobre a intervenção de determinadas regras ortográficas do norueguês e para construção de uma identidade nacional na Noruega. Em 1964, usando o termo introduzido por Haugen (1959) com o mesmo sentido introduzido por este autor, Bright, Labov, Gumperz e Hymes definem a sociolinguística dos anos 70 e 80 nos Estados Unidos aplicando o termo "language planning" a diferentes situações linguísticas.

Tendo menos de sessenta anos, as expressões *política e planificação linguística* ainda trazem em si algumas confusões. Ora os termos se referem puramente às situações de contato linguístico (*diglossia, bilinguismo, plurilinguismo, multilinguismo*), ora as questões ideológicas que estão atreladas a essas situações de contato. Por essa razão,

A partir destes estudos iniciais surgem os seguintes termos que passam a figurar no contexto dos estudos de línguas em contato: *language planning, language planning process, advances in the creation and revision of writing system, language and politics, language standardization, language planning for modernization, study in societal multilingualism*. Fishman (1970) passa a utilizar o termo *language policy* no âmbito da sociolinguística que define como aplicada (SAVEDRA; LAGARES, 2012, p. 11).

O estudo das línguas, mediante esses novos termos e definições, toma rumos nunca antes imaginados. Surgem, assim, novos modelos teóricos aplicados ao exame dos idiomas humanos. Vários estudos são dedicados às línguas, sob o olhar da política e planificação linguística (SOUSA; ROCA, 2015; MOITA LOPES, 2006).

Um desses trabalhos é destacado por Savedra e Lagares (2012, p. 12):

Outro estudo que merece destaque no tema foi desenvolvido por Stewart (1968), quando o autor propõe 4 atributos para situações de plurilinguismo: padronização, autonomia, historicidade e vitalidade, cuja combinação permitia definir 7 tipologias linguísticas: *standard*, clássica, artificial, vernácula, dialeto, crioulo e pidgin.

Com base nessa classificação, poderíamos dizer que o *sermo urbanus* (latim clássico) perpassa três dessas tipologias: (a) em sua fase de estabelecimento gramatical, tanto na oralidade quanto na escrita, é um idioma *standard*; (b) na fase dos célebres autores latinos da Idade do Ouro da Literatura Latina é um idioma *clássico*, portanto, uma *língua morta*, no dizer de Coutinho (1962); na fase atual da língua, seria um idioma *artificial*, empregado somente no Vaticano, não como língua de uso de nativos, mas de aprendizes não romanos.

Sobre o conceito de *política linguística*, acreditamos serem válidas as palavras de, Anderson Salvaterra Magalhães (2012), no artigo *Políticas linguísticas e historização do Brasil: a escrita na construção vernacular*, que retomam conceitos já constituídos por Calvet. Nesse trabalho, lemos que:

[...] *política linguística* se define pela “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (CALVET, 2007, p. 11) e se distingue do *planejamento linguístico*, que consiste da implementação de uma política. Dessa perspectiva, política e planejamento linguísticos dizem respeito às ações de quem tem poder e autoridade para alterar a condição das relações culturais estruturadas pela(s) língua(s). Ainda conforme discute o pesquisador, tais ações sobre a língua podem abordá-la como *corpus*, ou seja, como forma, ou como *status*, isto é, como elemento de prestígio social (MAGALHÃES, 2012, p. grifos do autor).

Na mesma linha de raciocínio, o latim clássico é *corpus* e *status*. Defendemos, contudo, que igualmente as outras variedades do latim também podem ser observadas a partir dessa definição. O latim vulgar, por exemplo, pode ser visto como *corpus* porque tem servido ao estudo da língua falada pelos romanos que compunham a massa, ou seja, a plebe. Já em relação à noção de *status*, o latim vulgar não assumiu, pelo menos de modo pacífico, a função de língua de prestígio. Por um longo tempo, até mesmo nos estudos linguísticos, o latim vulgar sofria estigmatização. Somente com os estudos das línguas românicas é que o latim falado começa a receber a devida atenção.

Em *Política linguística para as línguas oficiais em Timor-Leste: o português e o Tétum-Praça*, Davi Borges de Albuquerque e Kerry Taylor-Leech (2012, p. 156), retomam também os conceitos de política e planejamento linguísticos defendidos por Calvet: “entende-se ‘política linguística’ como um conjunto das decisões em relação à

língua diante da sociedade, e o ‘planejamento linguístico’ (fr. *planification linguistique*) é a aplicação das decisões da política linguística (CALVET, 1996)”. Dito de outro modo, *planejamento linguístico* é o “conjunto de políticas oficiais implementadas pelos poderes executivos para definir os usos de uma ou mais línguas no território de um país” (CALVET, 2013, p. 156).

Sendo a política linguística uma ação transformadora, devemos ressaltar que essa ação e seu planejamento não partem, normalmente, do populacho. Isto é, as políticas linguísticas, na maioria das vezes, partem de uma minoria que controla a maioria da população.

Quando falamos em *norma culta* ou *erudita* do latim, temos em mente aqueles indivíduos que dominam a escrita, suas regras gramaticais e possuíam, geralmente, uma oratória e eloquência estilizadas. Entendemos, portanto, que a *norma culta* é a linguagem empregada por uma pequena parcela da população mais favorecida.

Assim sendo, nem todas as variedades dialetais do latim foram aceitas da mesma maneira, então, é o latim clássico é a variedade de prestígio, tido, assim, como a variedade culta da língua escrita, conforme atestam os discursos de oradores como Cícero, em sua obra *In Catilinam* (*As catilinárias*) e César em *De bello gallico* (*Sobre a guerra gaulesa*) e *De bello civile* (*Sobre a guerra civil*), nas quais o modelo gramatical está perfeitamente desenvolvido (GARCIA, 2008; FURLAN, 2006). As razões para a escolha de uma variedade linguística são de variadas naturezas: históricas, culturais, ideológica e principalmente de natureza política.

A maior parte da plebe romana era analfabeta. Somente a elite detinha o domínio da escrita. Logo, cabia aos ilustres oradores romanos, como Cícero ou Catão, a tarefa de preservar a latinidade. Eles tinham o “dever” de proteger o idioma pátrio da “corrupção” vinda da plebe. Para os patrícios, seria difícil admitir que o povo possuísse dotes artísticos ou culturais. Então, a língua “pura” viria deles e não do populacho.

Em complemento ao que foi dito por Magalhães (2012), Savedra e Lagares (2012, p. 12) apontam a distinção entre *planificação de corpus* e *planificação de status*:

Mas foi a contribuição de Kloss (1969) que deu origem à distinção que é utilizada pela maioria dos autores atuais ao tratarem de política linguística nos estudos atuais. Kloss (op.cit) propôs a distinção entre *Sprachplanung* (planificação do *corpus*) e *Statusplanung* (planificação do *status*). Com base nestes conceitos, a planificação do corpus diz respeito às intervenções na forma da língua (criação de uma escrita, neologismos, estandardização...), enquanto que a planificação do *status* diz respeito às intervenções nas funções da língua, seu *status* social e suas relações com outras línguas.

No tocante à *planificação de corpus* do latim, temos as intervenções feitas pelos gramáticos romanos, entre os quais podemos destacar Varrão e Quintiliano (nos séculos I a. C. - I d. C.), Donato (no século III d. C.) e Prisciano (no século IV-V d. C), além das ordenações sintáticas de prosadores como César, Ovídio, Virgílio e Cícero (no século I a. C). A forma da língua, ou seja, a *planificação linguística*, desses períodos sofreu profundas transformações, de maneira que a língua escrita se distanciava cada vez mais da oralidade (WEEDWOOD, 2002).

No que diz respeito à *planificação de status*, a norma urbana erudita do latim gozava de prestígio social, enquanto que as outras modalidades, especialmente, o latim vulgar da plebe, sofriam duras repressões, tanto por parte dos prosadores, poetas, oradores, preceptores, filósofos, filólogos e gramáticos, como também por aqueles que compunham a religião, isto é, os sacerdotes romanos, entre os quais, figurava a maior autoridade, o *Pontífice Máximo* (em outra palavra, o Papa, em sentido *lato*). O sumo pontífice, muitas vezes, era o próprio *Imperator* ou *Principes*, como é o caso de Júlio César, Augusto, Tibério, entre outros.

As autoridades romanas, sejam elas políticas ou sociais, determinavam que o latim fosse superior a quaisquer outras línguas. Assim, seria, portanto, “impuro” ou “não digno” de um falante falar outros idiomas, não fosse o latim ou o grego. Esse mesmo pensamento era partilhado por aqueles que detinham o conhecimento gramatical da língua.

Ainda de acordo com Savedra e Lagares (2012, p. 12):

Como consequência destes estudos, os conceitos de Planificação e Política linguística passam a apresentar uma relação de subordinação. Política linguística é definida como sendo a determinação de grandes **escolhas** relativas às relações entre as línguas e determinadas sociedades e planificação linguística como a política linguística posta em prática, representando um ato de autoridade. Nesse sentido, Ninyoles (1991, p. 51) faz referência à distinção terminológica que se expressa em inglês por meio de dois substantivos diferentes: *language policy* (atitudes e planos de ação relativos à língua) e *language politics* (uma decisão ou uma série de decisões que implicam um ato de poder) (SAVEDRA; LAGARES, 2012, p. 12, grifos dos autores).

Temos, portanto, na figura do *Pontífice Máximo*, *Imperator* ou *Principes*, por exemplo, a dominação e o poder de impor a sua língua aos povos vencidos. Essa era a política linguística romana posta em prática: todo aquele que fosse romano ou subjogado por Roma devia adotar o latim como idioma pátrio. Roma não impunha só o julgo das ações sociais, impunha também a linguagem.

Outra questão que merece atenção urgente é a escolha que se fazem das línguas. A nossa posição, apoiada nos argumentos de Mattoso Câmara Jr. (2011) e Assis (2014),

é de que a escolha por uma variedade em detrimento de outra é uma questão de *política linguística*. O Vaticano, através do Santo Padre, o Papa, promulga inúmeros documentos, anualmente, todos eles em latim *eclesiástico*. Esse fato, não só indica uma escolha religiosa, tomando o latim como língua sagrada, mas também com escolha política.

Em uma *Carta Apostólica* em forma de *Motu Proprio* (documento papal de cunho pessoal de 2012), cujo título é *Latina Lingua*, o Sumo Pontífice Bento XVI, hoje Papa Emérito, institui a *Pontifícia Academia de Latinidade*. Nela, o Papa declara:

1. A língua latina foi sempre tida em grandíssima consideração pela Igreja Católica e pelos Romanos Pontífices, os quais promoveram assiduamente o seu conhecimento e difusão, tendo feito dela a própria língua, capaz de transmitir universalmente a mensagem do Evangelho, como já respeitavelmente afirmado pela Constituição Apostólica *Veterum sapientiae* do meu Predecessor, o Beato João XXIII (Dado em Roma, junto de São Pedro, no dia 10 de Novembro de 2012, memória de São Leão Magno, oitavo ano de Pontificado)ⁱⁱ.

Vemos, assim, em quão boa estima o sacerdote (e toda a Igreja Católica) tinha em relação à latinidade. Ao definir o latim como língua sagrada e elevada ao *status* de língua oficial, o Vaticano a sobrepõe sobre os demais idiomas do mundo, inclusive o grego, o hebraico e o aramaico, sendo essas últimas os idiomas de Jesus, o Cristo.

Sobre esse assunto, o padre Paulo Ricardo (2012, [s/p]) afirma:

No dia 10 de novembro de 2012, o Papa Bento XVI instituiu a Pontifícia Academia da Latinidade para promover o estudo do latim no mundo todo. Alguns questionam essa decisão de Sua Santidade alegando que o latim é uma língua morta, ininteligível e que a liturgia está muito melhor agora na língua materna. Qual seria, então, a finalidade do latim dentro da Igreja?
Antes de mais nada, é preciso deixar claro que todos os Papas sempre insistiram no uso da língua latina. O próprio Papa João XXIII às vésperas do Concílio Vaticano II, publicou a Carta Apostólica *Veterum Sapientiae*, que foi assinada de forma solene, no altar de São Pedro, o que mensura a importância do seu conteúdo. E ela dizia que os seminários deveriam se empenhar ainda mais no ensino e no estudo do latim, de modo que os seminaristas fossem capazes até de compor poesias.
Depois do CVII, a pedido da *Sacrosanctum concilium*, foi dado mais espaço à língua vernácula dentro da liturgia. Mas, de forma alguma isso significava o desprezo do latim, pelo contrário, significava a valorização da língua comum, mas que fosse ensinado ao povo as respostas e os cantos mais populares na língua latina.

O uso do latim representa a conservação da liturgia sagrada. Sabemos que, antes do uso do latim, a liturgia romana era feita em língua grega, pois esse era o idioma da comunicação no interior do Império Romano durante os três primeiros séculos d. C, ao lado do latim culto. Assim, a Igreja utilizou ambas as línguas. O latim “eclesiástico” passa

a ser empregado nos ritos somente após o fim do século IV, quando a centralidade do domínio da Igreja se transfere para Bizâncio (Constantinopla).

O Império Bizantino, uma continuidade do Império Romano, manteve o latim eclesiástico como língua oficial da liturgia durante toda a Idade Média e isso perdura até os dias atuais. Ainda no mesmo *programa de rádio*, o padre Paulo Ricardo (2012, [s/p]) diz:

Não estudar latim é cortar relacionamento com dezoito séculos de Cristianismo, uma vez que os três primeiros séculos da Igreja aconteceram em língua grega, pois era uma época em que o oriente da Igreja era mais férvido em ideias e obras literárias, o próprio Novo Testamento e a Carta de São Paulo aos Romanos foram escritos em grego. Gradualmente, porém, foi ocorrendo a latinização da Igreja e iniciou-se a produção de obras em latim. Importante frisar também que, se o desejo é adotar a hermenêutica da descontinuidade, rompendo com o passado e afirmando que a Igreja começou cinquenta anos atrás, é evidente que não se desejará o latim. Entretanto, o Papa Bento XVI já falou claramente que essa postura de ruptura não é adequada.

Com a criação dessa *Pontifícia Academia de Latinitude*, o papa Emérito Bento XVI espera que o latim fosse mais bem ensinado e, com isso, conservaria a essência do que foi estabelecido pelos seus antecessores.

Na contramão disso, temos, hoje, um idioma completamente artificializado. Diferentemente de todas as línguas do mundo, que possuem falantes nativos e comunidades linguísticas espalhadas por outras regiões, o latim não é língua falada, fora do Vaticano e não há falantes nativos que a transmitem para outras gerações (COMBA, 1991). Como sabemos, na Santa Sé não há *famílias*, no sentido bíblico do termo.

O atual Papa *Franciscus* (Francisco), rompendo com tradições seculares, decidiu remover o uso do latim em um encontro anual de Bispos que ocorreu em 2014. Ele instituiu o uso do italiano, ao invés do latim. Isso foi uma atitude sem precedentes e abriu uma discussão, estaria o latim fadado ao desuso até mesmo no Vaticano? Talvez não estejamos perto de uma resposta final sobre isso, mas o fato é que o improvável aconteceu. Segundo reportagem do *G1*, o Santo Padre fez essa escolha pensando em “agilizar o processo” (A reunião tinha como meta discutir temas relacionados à família) (G1, 2014, [s/p]).

A atitude do Papa Francisco vai de encontro à do Papa Emérito Bento XVI. O que fica evidente em tudo isso é que o novo vigário está abrindo um precedente para outras barreiras ao uso do latim até mesmo no Vaticano. Uma tradição de séculos está à beira de sofrer uma drástica transformação.

Processo de gramatização de línguas

O processo de *gramatização* de uma língua se inicia com a elevação de um dado idioma ao nível de *língua padrão* ou *variedade-padrão*. Para nós, língua padrão é a “variedade linguística de prestígio social, usada como norma associada aos usos escritos literários ou mais formalizados; as variedades que não se conformam a essa norma são chamadas de *não padrão*” (CALVET, 2013, p. 155, grifos do autor).

Daí que a *padronização* de um determinado idioma, como o latim, por exemplo, se realiza por meio de um “Processo de transformação de determinada variedade linguística na norma de prestígio social dentro de uma comunidade de falantes. Esse processo pode resultar de movimentos históricos ou de políticas conscientes de *planejamento linguístico*” (CALVET, 2013, p. 155, grifos do autor). O latim clássico é a língua padrão e todas as outras variedades seriam não-padrão. O conceito de *norma linguística* não é unívoco entre vários autores, mas, para nós, vale a definição de Câmara Jr. (2011, p. 220):

NORMA — Conjunto de hábitos linguísticos vigentes no lugar ou classe social mais prestigiada no país. O esforço mesmo latente para manter a norma e estendê-la aos demais lugares e classes é um dos fatores do que se chama a correção. A norma é contrariada pela variabilidade linguística intrínseca, que se verifica: a) de um lugar para outro; b) de uma classe social para outra; c) de um indivíduo para outro (grifos do autor).

Em Roma, a norma linguística reinante era a ditada pela *Urbs*. Todo e qualquer cidadão romano devia adotar a maneira romana de falar, isto é, os hábitos linguísticos da elite patricia. Obviamente que isso não ocorria fora do círculo social mais rico. Fora dele, entre os membros da plebe, por exemplo, fazia-se uso de outras variedades do latim.

Assim, no Império Romano, o latim clássico, correspondendo à norma da aristocracia romana, cedeu lugar ao latim chamado ‘vulgar’ com predominância dos vulgarismos e regionalismos diferenciando, além de favorecer a propagação dos erros individuais (CÂMARA JR., 2011, p. 221).

Retomando o conceito de *variedades* discutido por Calvet (2013, p. 157), poderíamos afirmar que a variedade culta do latim era favorecida amplamente pelo convívio entre a elite (patricia), os nobres (senadores, cônsul e magistrados), os sacerdotes (dos templos) e os detentores do saber (filólogos, gramáticos, advogados e filósofos, entre outros). Por outro lado, o latim vulgar da plebe (escravos e o povo em geral) ia se tornando cada vez mais modificado à medida que era utilizado (FURLAN, 2006).

Surge, assim, a imposição das correções dos desvios da linguagem. Os romanos (gramáticos em sua maioria), ciente das regras gramaticais, propõem conjuntos de regras que deveriam ser seguidas por aqueles que pretendem fazer o “uso correto” da língua, afim de evitar os vulgarismos da plebe. Devemos, então, compreender como se deu todo esse processo de padronização.

Em *A revolução tecnológica da gramatização*, Sylvain Auroux (2009) discute profundamente a *História das ideias linguísticas*, apontando o processo de gramatização das línguas e a invenção da escrita como a segunda revolução tecnológica que mudou a humanidade. O fenômeno da criação da escrita, segundo Auroux, é um evento tão significativo quanto à revolução industrial. Por essa razão, conforme salienta o autor, o processo de instrumentalização de uma língua se tornou tão significativo para a evolução do homem.

Efeitos da gramatização nas línguas originárias do latim

Inicialmente, é importante ressaltar que a tradição gramatical que hoje se conhece tem sua raiz na antiguidade. É no pensamento gramatical greco-romano que se encontram as bases da gramática tradicional do ocidente. Carlos Alberto Faraco (2008), ao discutir a *questão gramatical e o ensino do Português*, afirma que o erudito alexandrino Dionísio Trácio (II a. C.) foi quem primeiro consolidou a descrição de aspectos da língua grega. Por essa razão, “É a DT [Dionísio Trácio] que se atribui uma *Arte da gramática (Téchne grammatiké)*, a primeira gramática do Ocidente, que foi editada pela primeira vez em 1715, e que representa a gramática alexandrina” (NEVES, 2012, p. 213, grifos da autora).

Antes disso,

Os babilônios, por exemplo, já se dedicavam a esse tipo de estudo por volta do ano 2000 a. C. Os hindus desenvolveram uma forte tradição gramatical por volta do século IV a. C. No mesmo período, os chineses estavam também iniciando suas reflexões gramaticais (FARACO, 2008, p. 123).

Essas outras tradições, com suas particularidades, influenciam o mundo moderno, mas com certeza, a tradição greco-romana influenciou mais fortemente o Ocidente. Faraco (2008, p. 139) diz que com a incorporação da Alexandria, ainda no século I a. C., “Roma passou a absorver também seus estudos gramaticais”. Essa herança foi repassada aos povos de línguas românicas.

Em um retorno ao passado, podemos dizer que em meados do século V-IV a. C., pensadores como Platão e Aristóteles já falavam sobre a categorização do *logos* (*verbum*). De acordo com Bárbara Weedwood (2002), na Grécia, a linguagem era vista como uma ferramenta para a compreensão da realidade, enquanto que em Roma, houve uma codificação e transmissão desse pensamento.

No Século II a. C., Dionísio Trácio soube extrair do pensamento aristotélico as bases para a formulação de sua descrição gramatical. Além desse pensador, há nomes como Apolónio Díscolo (II a. C.), também na Grécia, e em seguida, em Roma, encontramos nomes tais como: Varrão e Quintiliano (I a. C. - I d. C.), Donato (III d. C.) e Prisciano (IV-V d. C.) (WEEDWOOD, 2002).

Esses autores contribuíram de modo significativo para a manutenção da tradição gramatical que perdura até esse momento. No período do Renascimento, com o crescimento dos estudos gramaticais e seu conseqüente refinamento, chegou-se à Gramática Tradicional que ora se apresenta. A Sintaxe é uma das partes dessa Gramática (NEVES, 2012).

Há também os estudos fonéticos, morfológicos, lexicais, semânticos etc. Mas esses estudos pouco ou quase não receberam atenção na Grécia ou Roma. Somente na Idade Média e Renascimento é que tais estudos foram iniciados ou aprofundados. Por outro lado, na Linguística Histórica e Comparativa do Século XIX demonstra que os estudos de Panini sobre a descrição fonética o Sânscrito revela uma tradição milenar (WEEDWOOD, 2002).

O português, o espanhol e outras línguas românicas conservam os mesmos traços dessa gramática helênica. Sabemos que muito do que há no português é consequência dessa herança. Ora, isso significa dizer que a gramática discutida nas salas de aula no Brasil é, apesar de alguns ajustes, é similar à gramática do latim e do grego. Portanto, “É indiscutível a existência de um legado grego ao modo de organização da gramática portuguesa, como representante que é da gramática ocidental, oriunda da latina, que é calcada na grega” (NEVES, 2012, p. 211).

De acordo com Weedwood (2002), um dos critérios elementares para a formulação das categorias (ou classes gramaticas), segundo a língua grega, era o semântico; enquanto que o critério usado na formulação das categorias do português é o formal. Dito de outra maneira, enquanto a categorização do grego é de base semântica, isto é, ela é fundamentada no significado do *logos* (palavra), na classificação do português, o critério é morfológico.

Isto traz uma série de problemasⁱⁱⁱ (LUFT, 2004). Um deles é que a estrutura da língua está a serviço da função. E muitas vezes, uma dada forma pode funcionar de modos diferentes. Uma mesma forma pode comportar mais de uma função. (Ex. função morfológica: o céu é **azul** – **adjetivo**; o **azul** do céu é bonito – **substantivo**). Dito isso, como definir uma classe gramatical levando em consideração somente esse aspecto formal? É uma tarefa árdua.

Outra questão que merece atenção diz respeito justamente às categorias. Conforme assinala José Carlos Azeredo (2007, p. 15) em *Iniciação à sintaxe do português*:

A análise gramatical se desenvolveu no Ocidente, desde a antiguidade clássica grega até os fins do século passado, em função do conceito de vocábulo. As reflexões dos estudiosos gregos culminaram na obra dos gramáticos alexandrinos aos quais devemos, entre outras coisas, a distribuição dos vocábulos em nada menos que oito classes: nome, verbo, pronome, artigo, particípio, advérbio, preposição e conjunção (AZEREDO, 2007, p. 15).

Tomando essas classes apontadas por Azeredo, é possível expô-las, juntamente com outras categorias, na seguinte tabela:

Tabela 01 — Classificação dos vocábulos de acordo com o critério semântico

Classes	NGB	Função semântica
Rhêma	Verbo	“o que se diz; predicado” (<i>verbum</i>).
Ônoma	Nome	“nome” (<i>substantivus</i>).
Árthron	Artigo	“articulação” (<i>articulus</i>).
Antonymía	Pronome	“no lugar de [nome]”.
Próthesis	Preposição	“palavra que se coloca antes, em composição ou em construção” (<i>praepositio</i>).
Epírrhema	Advérbio	“ao lado do/sobre o verbo” (<i>adverbium</i>).
Sýndesmos	Conjunção	“união”; “vínculo”; (<i>coniunctio</i>).
Metoché	Particípio	“nome”.
Interjectio	Interjeição	“interjeição”.
Arithmetikón	Numeral	“ordinais”; “cardinais” (<i>numerale</i>).
Epítheton	Adjetivo	“que é acrescentado”; “que faz atribuição” (<i>adiectivum</i>).

Fonte: adaptado de Neves (2011; 2012)

Diferentemente da classificação puramente formal, nesse segundo modelo, vemos que as categorias são definidas a partir de seus sentidos etimológicos. Isto permite maior compreensão dos vocábulos. Ex.: *Rhêma* é traduzido por “o que se diz; predicado” (*verbo*), ou seja, o verbo além de ser aquilo que é falado sobre algo/alguém, também pode conter parte da qualificação. Ex.: Liga-se ao *Epítheton*: “que é acrescentado”; “que faz atribuição” (*adjetivo*).

Das onze categorias apresentadas por Neves, a que mais nos interessa é a *Próthesis* (*praepositio*), pois é com o uso excessivo dessa classe, entre outras modificações, que o latim irá se tornar uma analítica.

Câmara Jr. (2002), ao falar da *classificação dos vocábulos formais*, ressalta a importância da classificação feita por Dionísio Trácio. O autor apresenta uma categorização baseada em três critérios:

- (1) **semântico**: o significado da palavra no mundo biossocial;
- (2) **mórfico**: a natureza formal ou estrutural da palavra;
- (3) **funcional**: a função ou papel que o vocábulo exerce em uma dada sentença.

Neste tipo de categorização que retorna, evidentemente, ao modelo grego, vemos uma descrição mais completa do que a clássica categorização apresentada nos manuais e compêndios gramaticais (CÂMARA JR., 2002, p. 77-80). As categorias não são discretas e isso implica dizer que nada na língua pode ser definido como algo imutável, pois a língua é maleável e se estrutura conforme as necessidades de uso.

Considerações finais

De modo objetivo, vimos na primeira parte desse estudo um pouco da história da Linguística Aplicada, sua definição enquanto área que surgiu da Linguística e hoje integra as Ciências Sociais. Naquela ocasião, tivemos a oportunidade de mencionar, entre outras questões pertinentes, alguns dos conceitos-chave investigados pela Linguística Aplicada.

Dois desses conceitos foram mais bem desenvolvidos na segunda parte do artigo, *política e planificação linguística*. Partimos da noção clássica estabelecida por Calvet (2013), segunda a qual, a política linguística diz respeito às escolhas conscientes daqueles que utilizam um dado idioma; por outro lado, planificação linguística reside na aplicação/implementação dessa política. Essas definições foram corroboradas por outros pesquisadores da área (SAVEDRA; LAGARES, 2012; MONTEAGUDO, 2012; MAGALHÃES, 2012; ALBUQUERQUE; TAYLOR-LEECH, 2012; et. al.).

Com esse cabedal teórico, postulamos que, a partir do que foi apontado por Savedra e Lagares (2012) o Latim apresentou pelo menos três tipologias linguísticas: *STANDARD* - o latim estabelecido gramaticalmente na oralidade e escrita, ou seja, uma língua comum ou padrão; *CLÁSSICO* - o latim refinado, profundamente estilizado nos

escritos dos autores da Idade de Ouro, tendo *Cícero* como maior exemplo; *ARTIFICIAL* - o latim empregado na atualidade pelos sacerdotes que residem no Vaticano (haja vista que não há mais falantes nativos vivos).

O latim, seja na modalidade clássica ou vulgar, pode ser entendido como *corpus/status*, segundo a terminologia de Magalhães (2012). Acreditamos que, sendo *corpus* esse idioma é uma fonte de pesquisa da qual se faz uso até hoje, sendo *status*, o prestígio que o latim recebeu desde as épocas mais antigas até a atualidade é algo surpreendente.

As atitudes conscientes, isto é, políticas, daqueles que almejam preservar a todo custo o latim da “corrupção gramatical bárbara”, citemos, mais uma vez, autores como: Varrão, Quintiliano, Donato, Prisciano, César, Ovídio, Virgílio e Cícero, entre muitos outros, agiram conforme o pensamento da época. Do mesmo modo, as atitudes políticas de imperadores na antiguidade e os papas desse século, como os casos recentes do Papa Emérito Bento XVI (em 2012) e o Papa Francisco (2014), agiram de acordo com suas ideologias e crenças.

Obviamente que, qualquer atitude política sobre uma determinada língua, seja uma política *declarada, praticada* ou *percebida*, como ocorreu com as línguas neolatinas ao se aplicar as regras das línguas grega e latina, traz consequências de variadas naturezas. A língua portuguesa, por ser um idioma que sofreu o processo de *gramatização* herdado da cultura greco-latina, como qualquer outro idioma, perece dos mesmos problemas linguísticos, que somente um olhar mais acurado pode revelar.

Referências

ALBUQUERQUE, Davi Borges de; TAYLOR-LEECH, Kerry. Política linguística para as línguas oficiais em Timor-Leste: o português e o Tétum-Praça. *Gragoatá*, Niterói, n. 32, v. 1, p. 153-169, sem. 2012.

ASSIS, Maria Cristina (Org.). *História concisa da Língua Portuguesa*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009.

AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. A classificação dos vocábulos formais. In: *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2002.

- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- COMBA, Padre Júlio. *Gramática latina: para seminários e faculdades*. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1991.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962. (Biblioteca Brasileira de Filologia)
- FARACO, Carlos Alberto. A questão gramatical e o ensino do Português. In: *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2006.
- FURLAN, Oswaldo Antônio. *Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- G1. Papa Francisco retira latim como língua oficial em sínodo no Vaticano. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/10/papa-francisco-retira-latim-como-lingua-oficial-em-sinodo-no-vaticano.html>. Acesso em: 01 dez. 2016.
- GARCIA, Janete Melasso. *Língua latina*. Brasília: Editora da UNB, 2008.
- LUFT, Celso Pedro. *Gramática resumida*. Marcelo Módolo (Org.). Consultoria técnica de Mário Eduardo Viário. São Paulo: Globo, 2004.
- MAGALHÃES, Anderson Salvaterra. Políticas linguísticas e historização do Brasil: a escrita na construção vernacular. *Gragoatá*, Niterói, n. 32, v. 1, p. 99-116, sem. 2012.
- MENEZES, Vera; SILVA, Marina Morena; GOMES, Iran Felipe. Sessenta anos de linguística aplicada: de onde viemos e para onde vamos. In: PEREIRA, Regina Celi; ROCA, María del Pilar. *Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 25-50.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Da aplicação de linguística à linguística aplicada indisciplinar. In: PEREIRA, Regina Celi; ROCA, María del Pilar (Orgs.). *Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 11-24.
- MONTEAGUDO, Henrique. A invenção do monoliguismo e da língua nacional. *Gragoatá*, Niterói, n. 32, v. 1, p. 43-53, sem. 2012.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola, 2012.
- NEVES, Maria Helena de Moura. O legado grego na terminologia gramatical brasileira. *Alfa*, São Paulo, n. 55, v.2, p. 641-664, 2011.
- RICARDO, Padre Paulo. *Por que o papa insiste em latim?* Disponível em: <https://padrepauloricardo.org/episodios/por-que-o-papa-insiste-no-latim>. Acesso em: 01 dez. 2016.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Charles Bally e Albert Sechehaye (Orgs.), com a colaboração de Albert Riedlinger. Prefácio à edição brasileira de Isaac Nicolau Salum. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Bliksstein. São Paulo, Cultrix, 2012.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; LAGARES, Xoán Carlos. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenção no Brasil. *Gragoatá*, Niterói, n. 32, v. 1, p. 11-27, sem. 2012.

SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de; ROCA, María del Pilar (Orgs.). *Políticas linguísticas: declaradas, praticadas e percebidas*. Joao Pessoa: Ed. da UFPB, 2015.

SOUZA, Adriana Rodrigues Pereira de; BATISTA, Fabiene Araújo, MÉLO, Francisca Maria de. *Teorias Linguísticas III*. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

SUMO Pontífice Bento XVI. Carta Apostólica em forma de Motu Proprio. *Latina Lingua*. Institui A Pontifícia Academia de Latinidade. Dado em Roma, junto de São Pedro, no dia 10 de Novembro de 2012, memória de São Leão Magno, oitavo ano de Pontificado. Disponível em: [«https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/motu_proprio/documents/hf_ben-xvi_motu-proprio_20121110_latina-lingua.html»](https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/motu_proprio/documents/hf_ben-xvi_motu-proprio_20121110_latina-lingua.html). Acesso em 01: dez. 2016.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola, 2014.

Notas

ⁱ Essa revista do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFF, que chega aos vinte e um anos, tem servido ao público acadêmico com uma vasta gama de pesquisas sobre os mais variados temas.

ⁱⁱ Texto original em latim: 1. *Latina Lingua permagni ab Ecclesia Catholica Romanisque Pontificibus usque est aestimata, quandoquidem ipsorum propria habita est lingua, qui eandem cognoscendam et diffundendam assidue curaverunt, cum Evangelii nuntium in universum orbem transmittere valeret, quemadmodum in Constitutione Apostolica Veterum sapientia Decessor Noster beatus Ioannes XXIII iure meritoque edixit.*

ⁱⁱⁱ Uma das questões que mais intrigam os estudos sintáticos na atualidade, e conseqüentemente o ensino de língua materna, diz respeito à origem desse tipo de análise. De acordo com Luft (2004), na NGB, aprovada em 1958 e adotada em 1959, encontram-se a nomenclatura das classes gramaticais. Porém, poucos sabem que essa classificação não é recente. A Sintaxe e Gramática, especialmente a Gramática Tradicional, que se conhece atualmente, tem sua origem na Grécia.